



A integração cooperativa como ferramenta pedagógica da educação inclusiva

Cooperative integration as a pedagogical tool for inclusive education

Antônio Fernando Santos¹
Ivanilton Neves de Lima²
Marta Régia Pereira Carvalho³

RESUMO

A compreensão de uma educação inclusiva vai muito além do que se refere a prática do mero conhecimento no cuidar do ser com ou sem necessidades especiais, entendimento esse, que relaciona-se coletivamente meio as lutas pela promoção de adaptações e pela comunicação por meio de múltiplas linguagens, articulando de forma heterogênea os atores e recursos para eliminar as barreiras e os preconceitos que as pessoas com múltiplas necessidades possam ter, mesmo em pleno século XXI. O que nos convém a tentarmos facilitar o seu acesso aos ambientes, conhecimentos e às práticas sociais de forma igualitária e humanizada. Considerando então a proposta de integração cooperativa, destacamos a concretização das políticas públicas de inclusão, no sentido de beneficiar a todos os alunos quer nas suas aprendizagens quer nas suas atitudes. Mas, para que isso possa ocorrer efetivamente, compreendemos que na escola inclusiva todos os atores tem seu papel fundamental na construção desses processos educacionais, contribuindo assim no combate aos preconceitos e as exclusões, colaborando com o favorecimentos das orientações pedagógicas, que irão minimizar as limitações do aluno inclusivo fortalecendo as suas potencialidades.

Palavras chaves: Educação inclusiva. Integração cooperativa. Ferramentas pedagógicas

ABSTRACT

The understanding of an inclusive education goes far beyond the practice of mere knowledge in caring for people with or without special needs, an understanding that collectively relates to the struggles for the promotion of adaptations and communication through multiple languages, articulating heterogeneous actors and resources to eliminate barriers and prejudices that people with multiple needs may have, even in the 21st century. What befits us is trying to facilitate their access to environments, knowledge, and social practices in an egalitarian and humanized way. Considering, then, the proposal of cooperative integration, we highlight the implementation of public policies of inclusion, in the sense of benefiting all students both in their learning and in their attitudes. But for this to occur effectively, we understand that in the inclusive school all actors have their key role in building these educational processes, thus contributing to combat prejudice and exclusion, collaborating with the favoring of pedagogical guidelines, which will minimize the limitations of the inclusive student strengthening their potential.

Key words: Inclusive education. Cooperative integration. Pedagogical tools

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 21/01/2023

Aprovado: 27/01/2023

Publicação: 29/01/2023



¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, Assunção / PY. fernando.pedagogo@gmail.com

² Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC, Assunção / PY. Professor do EBTT do Instituto Federal Baiano - IFBAIANO. ivannlima51@gmail.com

³ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC, Assunção / PY. martapereira_61@hotmail.com.

1. Introdução

A educação inclusiva de pessoas com necessidade especiais em ambiente escolar, compreendida na atualidade como um novo método de ensino participativo e humanitário na qual se destaca pela sua diversidade e abrangência, redesenhada como um novo paradigma da educação globalizada, e que, de fato passa a ser o desafio marcante do século XXI. Consolidando em sua base, uma importante ferramenta pedagógica no combate às desigualdades sociais que demanda a clarificação dos meios de ação que viabilizem a transformação das escolas e, particularmente, que viabilizem o acolhimento de todas as diferentes situações encontradas dentro e fora do ambiente escolar.

A educação inclusiva está centrada nas formas de apoio as necessidades e as qualidades de cada um, alcançando todos os alunos que fazem parte da comunidade escolar, a fim de que se sintam acolhidos e seguros, alcançando êxito. A inclusão deve dirigir seu olhar para todos os alunos, pois qualquer um, pode experimentar dificuldades de aprendizagem em algum momento escolar. (DE OLIVEIRA, 2022, p.19)

A concepção de uma educação inclusiva vai muito além do que se refere a prática do mero conhecimento no cuidar do ser com ou sem necessidades especiais. Trata-se coletivamente, das lutas pela promoção de adaptações e pela comunicação por meio de múltiplas linguagens, articulando de forma heterogênea os atores e recursos para eliminar as barreiras e os preconceitos que as pessoas com múltiplas necessidades possam ter, facilitando o seu acesso aos ambientes, conhecimentos e às práticas sociais de forma igualitária e humanizada.

Através do método investigativo, realizamos uma consulta bibliográfica de obras atualizadas e contemporâneas em artigos, livros e periódicos científicos. Tendo como objetivo, compreender as práticas pedagógicas da modalidade do ensino da educação inclusiva, com a finalidade de uma proposta pedagógica na qual destacamos aqui nesta obra: Integração Cooperativa como Ferramenta Pedagógica da Educação Inclusiva.

2. Desenvolvimento

O paradigma da Educação Inclusiva tem como pressuposto básico a diversidade humana, considerando que as pessoas devem conviver a despeito de suas diferenças, organizando-se de maneira tal que todo o suporte necessário às

diferenças individuais seja oferecido (RODRIGUES, 1999)

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Isto inclui crianças com deficiências, e sobredotadas, crianças da rua e crianças trabalhadoras, as crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginalizados. (UNESCO, 1994, p. 3).

Nesse contexto, torna-se uma importante ferramenta a adoção de novas práticas pedagógicas, visando mudanças e atualizações de conceitos, de modo a proporcionar um espaço de maior interação e acesso ao conhecimento. A educação especial passa a ser redesenhada como um novo paradigma denominada de educação inclusiva, que por sua vez exige mudanças no sistema educacional, priorizando uma prática que contemple todas as formas de inclusão e a inserção de toda criança no ambiente escolar, independentemente de suas características individuais objetivando a pluralidade.

Os objetivos da Educação Especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais. (UNESCO, 1968, p. 12)

Sendo assim, a política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar e garantir a inclusão escolar de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superlotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: o acesso ao ensino regular, com participação. A educação inclusiva de pessoas com necessidade especiais em ambiente escolar: Inclui não só a sua permanência com outros alunos, como também a participação de serviços especializados. “A educação inclusiva vem “disfarçada” em diversas vertentes e deve ser cumprida” (MIRANDA, 2021, p.95)

As deficiências dos alunos devem ser consideradas como condições a que a escola precisa atender. Assim, sem negar a etiologia orgânica que uma considerável parcela de deficientes carregam (REIS E ROSS. 2014, pag.08)

A inclusão pode ser descrita como um fenômeno social complexo, resultado de ações que são estabelecidas e mantidas por diferentes instituições, entre elas o governo, as instituições formadoras de educadores, as escolas, as pessoas com necessidades educativas especiais e suas famílias (SCHIMIDT, 2001, PAG 165).

No entanto, o conhecimento é transmitido de forma significativa para alunos que têm dificuldades em reconhecer palavras corretamente e/ou fluentemente, que

são hábeis em decodificação e ortografia, caracterizando uma estrutura de desbloqueio e desenvolvida para novos conhecimentos. A educação inclusiva deve acolher todos, não só alunos e também tentar identificar as dificuldades e limitações dos mesmos, buscando ajuda e encaminhamentos de profissionais qualificados como suportes e recursos que garantam a superação dessas dificuldades.

Considera-se que uma escola para todos pressupõe uma exigência, uma caminhada na sua reorganização, na mudança de atitudes e práticas, para que seja, efetivamente, uma “Escola de Todos”, onde todos desenvolvam sentimentos de respeito, tolerância, amizade, valorização da diferença e cooperação. Partindo do pressuposto que todos os alunos estão na escola para “aprender”, cabe à mesma adaptar-se a cada situação em particular procedendo a mudanças organizacionais, funcionais e no processo de ensino e aprendizagem. (CARVALHO, RIBEIRO E SILVA, 2013. pag 55)

Entende-se que o conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, principalmente, em condições semelhantes aos demais. (REIS E ROSS. 2014, pag.12)

Quando se percebe que cada aluno assimila ou aprende de uma maneira específica é possível compreender melhor a relevância de adaptar o currículo de modo a atender às diferentes necessidades de aprendizagem individual, permitindo que todos tenham a chance de aprender. O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos, e não vice-versa. As escolas devem, em vista disso, prover caminhos curriculares que sejam apropriados à criança com habilidades e interesses distintos.

As adaptações curriculares instituem uma oportunidade de atender os obstáculos específicos dos discentes, favorecendo a adequação do conhecimento escolar e inserindo-os no processo de ensino/aprendizagem, efetivando seu envolvimento na programação escolar de maneira tão normal e natural quanto possível.

A realização de adaptações curriculares é o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. No entanto, identificar essas “necessidades” requer que os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (REIS E ROSS. 2014, pag.15).

Podemos definir as adaptações curriculares como modificações que é necessário realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos. (LANDÍVAR,1999, P.53)

O planejamento dessas adaptações curriculares deve ser refletido a partir da construção coletiva do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola que carece prever e respaldar as adequações a serem realizadas, primeiramente será descrever no PPP (Projeto Político Pedagógico), como modelo de conformidade, a vontade de fazer da atenção à diversidade uma maneira de trabalho da escola que responda às suas carências educativas especiais.

O PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola deve ser um compromisso definido na coletividade, a partir de um procedimento de estudo e argumentação, expondo os seus propósitos e esboçando sua identidade e deve ser também o ponto de referência para suas práticas escolares, orientando e operacionalizando o currículo. É imprescindível que os alunos com necessidades educacionais especiais possam vivenciar as experiências escolares no ensino regular juntamente com seus pares, garantindo assim que todos tenham um ensino de qualidade e uma participação ativa no processo de aprendizagem. Para tanto, podem ser necessárias adaptações no currículo regular.

A aprendizagem e o desenvolvimento, ainda que diretamente ligados não se processam simetricamente. O desenvolvimento não é estanque, nem acompanha a aprendizagem como uma sombra acompanha o objeto que a projeta. (VYGOTSKY, 1984,p. 79)

Ainda que as crianças mentalmente atrasadas estudem mais prolongadamente, ainda que aprendam menos que as crianças normais e ainda que, por fim, se lhes ensine de outro modo, aplicando métodos e procedimentos especiais, adaptados às características específicas de seu estado, devem estudar o mesmo que as demais crianças, receber a mesma preparação para a vida futura, para que depois participem dela em certa medida, como os demais (VYGOTSKY, 1931^a, p.149 apud SILVA 2007).

Entretanto, somente através de uma criteriosa avaliação das reais necessidades dos alunos e a análise dos tipos de adaptações irão propiciar a sua aprendizagem, não cabe apenas ao corpo docente, mais sim a toda equipe escolar e, se houver necessidade, recorrer a instâncias superiores. Essas adaptações devem ser constantemente avaliadas e revisadas, sempre iniciando pelas medidas menos significativas antes de sugerir medidas maiores, oportunizando, tanto quanto possível, a aprendizagem de todos os alunos, prosperando o trabalho em grupos colaborativos.

As práticas inclusivas podem sim impregnar as escolas, as relações de trabalho, as relações entre casais, as relações entre pai e filho, entre mãe e filho. E ainda que isto possa ocorrer local e até globalmente não se proclama aqui a ingenuidade de erradicar as correlações de forças, as exigências por vencer ou superar barreiras, por correr riscos, para manter-

se no mercado e para mostrar-se flexível e diferente com vistas a satisfazer novos interesses, isto é, novas formas de comprometer-se e, ao mesmo tempo, a imposição de novas aprendizagens e novos saberes. (ROSS.2006, pag 282)

Para Ross (2006), o professor que acredita na inclusão é um organizador de desafios, valorizador das interações e não um pregador de um salvacionismo a ser operado a partir da escola.

Sendo assim, a responsabilização pelo atendimento a todos os alunos por parte do professor do ensino regular exige uma melhoria e uma consequente mudança nas suas práticas pedagógicas com o objetivo de beneficiar a todos e todas através de uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação e que permita dar respostas aos alunos no contexto da sala de aula.

De fato, a figura do professor (a) é imprescindível na educação inclusiva, pois é ele que interage diretamente com os alunos na prática diária, mediando os processos de aprendizagem desde os seus planejamentos e conduzindo pedagogicamente da melhor forma possível. Mas, para que isso possa ocorrer efetivamente, compreendemos que na escola inclusiva todos os atores tem seu papel fundamental na construção desses processos educacionais, contribuindo assim no combate aos preconceitos e as exclusões, colaborando com o favorecimentos das orientações pedagógicas, que irão minimizar as limitações do aluno inclusivo fortificando as suas potencialidades.

Professor, escola e comunidade promovem acessibilidade: tornam acessíveis a informação, o conhecimento, as interações, a locomoção, os serviços de saúde, transporte, mídia, educação, enfim, todos serviços públicos e privados da sociedade. Coletivamente, lutam pela promoção de adaptações e pela comunicação por meio de múltiplas linguagens: articulam pessoas e recursos para eliminar as barreiras para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos ambientes, conhecimento e às práticas sociais. (ROSS. 2006, pag. 295)

Com base nesta prática social, para que o aluno inclusivo se sinta de fato incluído na escola, necessitamos construir um ambiente de sala de aula que promova a aceitação das diferenças; afirmando que todos os alunos têm pontos fortes e que podem ser usados na aprendizagem, com ênfase no ensino cooperativo, a onde os docentes devem apoiar-se e colaborar entre si e também com outros profissionais exteriores à escola que compõem o sistema de garantia de direito e assistencial.

Considerando então a proposta de integração cooperativa, destacamos a

concretização das políticas públicas de inclusão, no sentido de beneficiar a todos os alunos quer nas suas aprendizagens quer nas suas atitudes e para isso, o professor deverá contar com as ferramentas necessárias para aplicação da nova modalidade de educação especial, o que exige, que as escolas passem por um processo de transformação e diferenciação do seu espaço físico, dispondo de recursos humanos e materiais para responder aos desafios impostos pela demanda da prática inclusiva.

Nestes ambientes inclusivos, permite-se a manifestação de sentimentos, emoções e ações na comunidade, convertendo-os em textos dialógicos, políticos, históricos, artísticos, imagéticos, musicais, corporais e outros. Na era da diversidade, oportuniza-se espaço e tempo para resolução de conflitos. Os enfrentamentos desenvolvem segurança e maturidade para expor queixas, sentimentos e diferenças de opinião. Desenvolvem-se as habilidades para fazer amigos. Troca de papéis, representações práticas, discussões em pequenos grupos, promovem a consciência de si e das diversidades. Na pedagogia inclusiva, o professor conhece cada um dos alunos, acredita em suas capacidades de aprender e identifica as possibilidades de cada um, desafiando-os a participar ativamente. (ROSS. 2006, pag. 295)

O propósito dessa construção cooperativa é especificamente consolidar essa a prática pedagógica com a participação de todos os alunos da classe, no sentido de beneficiar a aprendizagem em conjunto meio as capacidades diferenciadas, formando grupos heterogêneos para novas abordagens educativas, que contribuam na aplicação de estratégias alternativas, com base nas características do aluno inclusivo. Para isso, é importante integrar a família no processo e progresso educacional das crianças; colaborar na elaboração e acompanhamento das adaptações ou programas de desenvolvimento individual das crianças integradas e estudar as estratégias mais apropriadas às necessidades de cada criança e jovem.

3. Considerações Finais

Compreendemos então, que o sucesso desse ensino diferenciado, destaca-se pela atuação estratégica do docente participativo e aberto à aceitação dessas diferenças, criando sentimentos de competências pessoal e de confiança na aprendizagem de seus alunos, valorizando a todos na exploração dos seus interesses com criatividade e participação.

A seleção de métodos de ensino exige pesquisa e conhecimento, tanto teórico quanto prático, para atender às necessidades e perfis individuais e coletivos de cada aluno, levando em consideração a importância da ajuda de profissionais qualificados, tanto para orientação quanto para realização atividades práticas, que

examina o uso de recursos didáticos com informações detalhadas sobre a adequação de ferramentas mais interessante e interativas.

É importante destacar, que a formação dos professores é extremamente necessária para a condução dessa nova modalidade de ensino, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a implementação de uma educação inclusiva nas escolas que garanta a criatividade de atitudes positivas aos princípios da inclusão. Qualificando esses profissionais como protagonistas ativos na construção do conhecimento compartilhado – professores e técnicos, direção e funcionários, trabalhando em conjunto com os alunos e a comunidade escolar.

Sendo assim, quando a educação especial é compreendida por todos, adotando posturas que eliminam padrões tradicionais e desrespeitos que impossibilitam a interação de todos os envolvidos, as possibilidades de aprendizagem e os resultados positivos acontecerão de forma natural.

Referências

CARVALHO, Anabela. RIBEIRO, Célia. SILVA, Maria Deolinda Oliveira. Atitudes e Práticas dos Professores Face à Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais - **revista portuguesa de pedagogia** ANO 47-I, 2013, 53-73.

DE OLIVEIRA, Marciel Costa. O Uso de Tecnologias Assistivas para o Processo de Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 4, p. 15-25, 2022.

LANDÍVAR, J. **Adaptaciones curriculares. Guia para los profesores tutores de educación primaria y de educación especial**. Espanha – Madrid: Ciencias de la educación preescolar y especial, 2002.

MIRANDA, Leonardo Santos et al. Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia: Um Relato de Experiência de Alunos da Zona Rural. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 2, p. 89-99, 2021.

REIS, Rosangela Leonel dos; ROSS, Paulo Ricardo. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf> , acesso em 07/01/2022.

RODRIGUES, O. M. P. R. **Inclusão: um procedimento com possibilidade de sucesso**. Manuscrito não publicado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 1999.

ROSS. Paulo Ricardo Ross. Aprendizagem e conhecimento: fundamentos para as práticas inclusivas. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. Especial. • p. 273-299. jul/dez. 2006.

SCHIMIDT, A. Metacontingências na escola inclusiva. **Resumos do X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**, outubro, p. 165, 2001.

SILVA, S e VIZIM, M. – **Educação Especial: Múltiplas Leituras e Diferentes Significados**, Campinas, São Paulo, Mercado das Letras, 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos da defectologia** (Obras escogidas), v. V. Madrid: Visos, 1997.

WARWICK, C. **O Apoio às Escolas Inclusivas**. In D. Rodrigues (Org.), **Educação e Diferença. Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva** (pp. 109- 122). Porto: Porto Editora, 2001.